

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL UNIDADE
UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Ândrea Alves da Silva

**O SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES E SUA INTERPRETAÇÃO DAS
QUESTÕES RACIAIS E A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE
TRABALHO**

Paranaíba - MS 2017

Ândrea Alves da Silva

**O SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES E SUA INTERPRETAÇÃO DAS
QUESTÕES RACIAIS E A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE
TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Querino de Carvalho.

Paranaíba - MS 2017
Ândrea Alves da Silva

**O SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES E SUA INTERPRETAÇÃO DAS
QUESTÕES RACIAIS E A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE
TRABALHO**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

_____ Prof.
Me. Júnior Tomaz de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

_____ Prof.
Me. Jemerson Quirino de Almeida
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

_____ Prof.
Dr. Djalma Querino de Carvalho
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Em especial minha mãe e meu pai, pois sempre me apoiaram e deram forças em todas as situações da minha vida. E também aos demais familiares, já que ao meu ver, família é a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele não teria conseguido forças para concluir essa jornada.

Agradeço imensamente a meus pais, Maria Rosangela Alves e Doriva da Silva, meus irmãos e cunhada (os), sobrinhos, por todo apoio e incentivo que me deram durante esse processo de conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu esposo, Leandro S. da Silva, por toda paciência e compreensão que teve comigo, sempre me incentivando ao longo desta jornada.

Agradeço a banca, com maior apreço ao Professor Djama pela paciência, confiança e incentivo nesta orientação que foi de suma importância para que eu pudesse concluir essa monografia.

Aos meus amigos, Antônio Carlos, Clotilde, Leomar, Leonedina e Samara, também aqueles amigos que adquiri ao longo do curso em especial a Flavia Machado, Natália Rezende e Brasilino Garcia, companheiros de trabalhos acadêmicos; estes amigos estiveram ao meu lado nas alegrias, tristezas e dores compartilhadas ao longo deste curso, por isso os agradeço imensamente.

Numa sociedade racista não basta ser não racista, é necessário ser antirracista.

Angela Davis

RESUMO

Florestan Fernandes é um sociólogo de origem humilde que espelhou na sua história e a relacionou com a do negro. Em trabalho de assistente de Roger Bastide em 1951 pesquisou sobre as relações raciais no estado de São Paulo, com a finalidade de analisar o suposto caráter democrático que envolve as relações étnicas do país, estudo este que resultou na alteração de visão que tinham acerca do assunto, de uma sociedade classificado como racialmente desenvolvida passou a ser encarada a realidade de uma sociedade de preconceito e discriminação racial. Fato este que deu direcionamento as lutas. Nesse sentido a justificativa desta pesquisa está embasada no fato de Florestan ser branco e descrever precisamente as batalhas do negro, tanto que se tornou alguém de destaque no que tange essa temática. O objetivo consiste além de demonstrar quem foi Florestan Fernandes, expor sua visão quanto as questões raciais e sobre a inserção do negro no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, em livros principalmente do autor em questão e artigos que abordam assuntos relevantes ao tema. As questões raciais são ainda presente no nosso país, porém Florestan Fernandes foi uma das poucas pessoas que se prontificou a defender a causa e lutar exaustivamente pela igualdade, defendendo que a democracia real só iria existir se fatores como o preconceito, o racismo e as desigualdades não se fizessem presentes.

Palavras-chave: Questões Raciais. Florestan Fernandes. Luta. Igualdade.

ABSTRACT

Florestan Fernandes is a sociologist of humble origin who mirrored his history and related it to that of the Negro. In an essay by Roger Bastide in 1951, he researched on race relations in the state of São Paulo, with the purpose of analyzing the supposed democratic character that surrounds the ethnic relations of the country, a study that resulted in the change of vision they had about the subject, of a society classified as racially developed began to be seen the reality of a society of prejudice and racial discrimination. This fact gave direction to the struggles. In

this sense, the justification of this research is based on the fact that Florestan is white and accurately describes the battles of the negro, so much that he became a prominent person in that matter. The objective is to demonstrate who Florestan Fernandes was, to expose his vision on racial issues and on the insertion of the black in the labor market. The methodology used was a bibliographical research, in books mainly of the author in question and articles that deal with subjects relevant to the theme. Race issues are still present in our country, but Florestan Fernandes was one of the few people who volunteered to defend the cause and fight extensively for equality, arguing that real democracy would only exist if factors such as prejudice, racism and inequalities not to be present.

Keywords: Racial Issues. Florestan Fernandes. Fight. Equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 BIOGRAFIA DO SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES E SUAS MOTIVAÇÕES	10
POLÍTICAS NA MILITÂNCIA PELOS NEGROS.....	10
2 QUESTÕES RACIAIS NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES	16
3 A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, COM	26
ÊNFASE NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES	26
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes é um sociólogo que obteve grande destaque no âmbito das questões raciais, não só as defendia como também fazia delas parte de si mesmo. Além da posição de sociólogo também se tornou político e se comprometeu em utilizar a sua posição para discutir e proporcionar maiores direitos aos negros.

A escolha por este autor como foco principal desta pesquisa se deu por ele descrever tão especificamente as lutas dos negros, mesmo sem ser um e fazendo desta parte de si; e ao mesmo tempo, ao longo de sua vida sempre discutiu e abordou as questões raciais, ele não se tornou alheio ao problema, o identificou e buscou até o fim soluções.

Com a sua atitude de enfrentar o problema e o fazer seu, mesmo sendo da raça branca, ratifica sua afirmativa que os problemas raciais não são de responsabilidade apenas dos negros, é da sociedade como um todo.

A principal problemática desta pesquisa consiste na compreensão da motivação de Florestan Fernandes conseguir descrever tão precisamente a vida da raça negra, como o período de transição da escravidão para a teoricamente liberdade, o preconceito e discriminação e a dificuldade de integração social.

Sendo de origem humilde, a sua realidade de vida foi semelhante à dos negros, viveu em cortiços, que eram os locais destinados a eles, portanto, mesmo sem possuir a mesma cor, as batalhas e o preconceito foram presentes em sua trajetória, fato este que por conhecer e se aprofundar nessas questões não o fez ser passivo ao problema.

Embora o referencial teórico seja um clássico, estes sobrevivem ao tempo e dessa forma, pode-se verificar que as questões são perfeitamente esclarecidas por estes.

Assim, a justificativa se baseia na importância de compreender a visão de Florestan Fernandes aos fatos raciais, que são importantes para a sociedade; pois são poucos que retratam a história com tanta precisão, somente um sociólogo com sua visão e conhecimento o fez tão bem.

A presente pesquisa tem por objetivo expor a visão do sociólogo Florestan Fernandes quanto a sua interpretação das questões raciais e a inserção do negro no mercado de trabalho, e para isso, é pertinente relatar a sua história para melhor compreensão do interesse sobre esta temática.

A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, em livros, principalmente as obras de Florestan Fernandes, e em artigos que expõe os assuntos tratados pelo sociólogo e autor.

É possível com a exposição dos dados a seguir, compreender melhor as lutas do negro relatadas por alguém de não pertence a esta raça, mas que se solidariza com as batalhas vividas, de forma a lutar como se fosse um deles.

1 BIOGRAFIA DO SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES E SUAS

MOTIVAÇÕES POLÍTICAS NA MILITÂNCIA PELOS NEGROS

Em pesquisas sobre a inserção e integração do negro na sociedade, foi encontrado o sociólogo Florestan Fernandes, o qual descreve várias questões do mesmo com grande clareza e riqueza de detalhes sobre a sua vida e as dificuldades sofridas, porém o fato que despertou maior interesse pelo autor é o fato de ele ser negro.

Diante disso, o interesse pela motivação que o leva a tratar do assunto e como relata tão precisamente o sofrimento do negro fizeram com que o sociólogo fosse o principal autor desta pesquisa. Assim de modo a esclarecer as dúvidas mencionadas, faz-se essencial expor situações de destaque de sua vida.

Para esboçar a vida do sociólogo é utilizado principalmente o texto de Heloísa Fernandes(2015),Doutora e Livre-docente em Sociologia, professora da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, e professora aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, além de filha de Florestan Fernandes; publicado no livro de Florestan Fernandes 20 anos depois

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo em 22 de julho de 1920, agregou a sua vida além da profissão de sociólogo, a política, e é considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil; para carregar esse título trabalhou arduamente e transformou suas lutas em essência para sua existência.

Filho da camponesa Maria Fernandes, mãe solteira e analfabeta que segundo Fernandes (1965, p. 1 *apud* FERNADES, 2015, p. 14):

No final do século XIX, ainda menina, ela havia emigrado, com a família, da zona rural do Minho, em Portugal, para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo e nunca esqueceu a fartura dos sacos de arroz, feijão, milho e batata com os quais eram recebidos os colonos imigrantes, que vinham substituir os negros, recémlibertos da escravidão e condenados ao mais cruel abandono.

Na transição do campo para cidade, a sua mãe fora trabalhar de doméstica na casa de uma família da elite, onde nasceu; e os patrões foram seus padrinhos de batismo e por este contexto o sociólogo teve contato com a vida da sociedade de classe.

Dada essa situação Fernandes faz a comparação da sua vida com a do negro; transmitindo que a escrita sobre as circunstâncias vivenciadas por essa população faz-se de sua própria experiência de vida.

Como muitas crianças negras desta mesma época, também Florestan foi uma —cria da casa das famílias brancas da elite paulistana dos inícios do século XX e passou pela mesma experiência de socialização do paternalismo branco que ele próprio descreveria com tanta sensibilidade, afirmando que ela é uma experiência que afeta o horizonte cultural dessas crianças, gerando nelas o anseio de —ser gentel, o que explicaria porque recusam aceitar —tratamento indigno e a sua —ânsia incontida de melhorar de vida, de querer subir, aceitando todos os sacrifícios para a melhoria da sua educação na crença de que seus esforços serão recompensados; um sonho de ascensão cujo preço é —ter de aceitar friamente o mundo em que vivemos, como ele é (...) deixando para o futuro remoto a transformação da mentalidade dos ‘brancos’ ou da ordem social, pois a luta insana para sair individualmente —do fundo do poço onde se encontram exige que desistam de qualquer —tentativa de modificar estruturalmente a situação coletiva (FERNANDES, 1965, p. 139 *apud* FERNANDES, 2015, p. 15).

Porém, a vivência na casa dos patrões durou pouco tempo, já que sua mãe deixou a função de doméstica para tentar ser autônoma como lavadeira, no entanto, as condições de vida não foram às melhores, neste período —Florestan começa a viver em cortiços, em porões e em quartos alugados. É quando, como ele diz, conhece —o lado trágico da vida de São Paulo (...) de modo que, quando estudei o negro, havia muito de experiência própria. —Não era experiência contada (FERNANDES, 1980, p.11 *apud* FERNANDES, 2015, p.15).

Sua vida inicialmente não foi fácil, sendo necessário que trabalhasse cedo, aos seis anos tem seu primeiro emprego como biscates em troca de gorjetas, nas barbearias e no comércio, posteriormente analisando os engraxates e identificando que era lucrativo decide ingressar nessa área; aos oito anos a situação da família piora, e o garoto forçado pelas circunstâncias tem que adiar sua alfabetização saindo da instituição escolar, com apenas três anos do ensino elementar.

Mas tais circunstâncias não fizeram que Florestan Fernandes desistisse mesmo imerso na pobreza e com todas as situações desfavoráveis, surgiu à curiosidade pelos livros, despertando-lhe um sentimento de amor e desejo de —ser gentel.

Como aquele tenente negro que ele mesmo entrevistou, sabia que precisaria estudar freneticamente, tornar-se um autodidata, ocupar as bibliotecas públicas todo o tempo disponível, ler tudo que lhe caísse nas mãos, pois —se outros podiam passar sem saber muito, ele (...), dificilmente passaria se não soubesse tudo, tudo (FERNANDES, 1965, p. 243 *apud* FERNANDES, 2015, p. 15-16).

Foi nos estudos que Fernandes Florestan se encontrou e buscou a transformação de sua vida, porém toda a experiência vivida não foi esquecida, ao contrário, foram motivações para seus trabalhos e para luta de mudar realidades além da sua, de histórias semelhantes às que viveu, já que mesmo branco era alvo de preconceito e exclusão, assim como os negros.

Vivendo ao léu, comendo quando dava, sofrendo humilhações, Florestan vive nas ruas a experiência da exclusão, da violência e do preconceito, temas que são marcantes na sua obra sociológica. A e seus alunos cansaram de ouvi-lo dizer que só se torna sociólogo quem deseja algo socialmente, isto é, quem tenha um desejo coletivo. De fato, não se pode separar Florestan da sua história — e ela começou lá pelos seus seis anos: quando o pequeno aprendiz de sociólogo imaginou construir uma saída para si mesmo, acabou encontrando, na sociologia, os caminhos que defenderá para todos os seus, isto é, para os trabalhadores, livres e semilivres, que é como nomeará, não só os camponeses, como todos esses pobres, índios, negros e imigrantes, que, como ocorreu com ele, vivem nos interstícios, nos espaços vazios e nas zonas de transição das cidades, a —gentinhal, para a qual a condição operária é uma verdadeira ascensão social. (FERNANDES, 2015, p.16)

São fatores como estes que o tornaram um sociólogo que se destacou frente aos demais, já que associou a prática à teoria, e lutou, não apenas acomodou com a melhora da sua vida, mas buscou melhorias aqueles que vivem a mesma situação que viveu.

Foi aos dezessete anos que Florestan Fernandes busca uma educação formal, voltando para a escola no ensino supletivo no colégio de madureza do Ginásio Riachuelo, que possibilitou que tivesse estrutura para concorrer uma vaga em uma importante faculdade e iniciar sua vida acadêmica, superando todas as dificuldades e enfatizando o seu interesse pela vida intelectual e social.

Florestan inicia sua vida universitária no ano de 1941 quando ingressa na (USP) Universidade de São Paulo, fazendo o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, faculdade pública e gratuita e —recém-inaugurada (1934), onde quase tudo ainda está em efervescente construção e na qual professores recém-chegados da França, que mal sabem falar português, lecionam em francês (FERNANDES, 2015, p. 16).

O sociólogo dá ênfase a sua experiência de vida ao afirmar que iniciou sua —aprendizagem aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e atribui a esta o sucesso da sua profissão dizendo: —eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi através das duras lições de vida (FERNANDES, 1977, p. 142 *apud* FERNANDES, 2015, p. 14).

Nessa perspectiva, é explícito que as condições de vida nunca foram desculpa para que o sociólogo se acomodasse e as aceitasse, fato admirado pela sociedade de classe que expressam que —Florestan é uma prova de que somos uma sociedade aberta ao mérito e

disposta a reconhecer os mais capazes, pois —a pobreza não lhe serviu de pretexto para não estudar, para desmerecer a educação formal (FERNANDES, 2015, p.17).

Além de agradar a elite o sociólogo também é motivo de orgulho para classe trabalhadora visto como —um homem do povo que venceu inúmeras adversidades, foi reconhecido pelos —de cima, mas não se deixou corromper nem cooptar (FERNANDES, 2015, p.17)

Outro dado importante é que na graduação aceitou ser assistente de Fernando Azevedo, juntamente faz pós-graduação na Escola de Sociologia e Política. Destaca-se de forma acelerada na titulação universitária: —o mestrado, *A organização social dos tupinambá*, em 1947; o doutorado, *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, em 1951; e a livre-docência, *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, em 1953 (FERNANDES, 2015, p.18).

Foi em 1950 que Florestan Fernandes juntamente com Roger Bastide, pioneiros nos estudos sobre as relações raciais no Brasil (IANNI, 2004), terminado em 1951. Já em 1952 Florestan Fernandes substituiu na cátedra o professor Roger Bastide, transição esta que elevou e foi considerada de maior prestígio no meio acadêmico, e o sociólogo expressa:

Eu estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a nossa marca à sociologia. Ao antigo símbolo do made in France, eu pretendia opor o feito no Brasil. Não estava em busca de uma estreita —sociologia brasileira. Pretendia, isso sim, implantar e formar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o nosso modo de pensar sociologicamente e a nossa contribuição à sociologia (FERNANDES, 1977, p. 178 *apud* FERNANDES, 2015, p. 18).

Outro fator importante que se relaciona com o meio acadêmico, é o período de praticamente quinze anos (1955 a 1969) onde presidia um grupo de sociólogos denominado Escola Paulista de Sociologia, que tinha como membros, dentre outros, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi, Luiz Pereira, Gabriel Cohn e José de Souza Martins (FERNANDES, 2015).

Com relação ao negro, em abril de 1964 faz a defesa da última tese, *A integração do negro na sociedade de classes*, —onde submete à interpretação os dados da pesquisa sobre relações raciais (FERNANDES, 2015, p. 19).

Porém nem todo o tempo foram só fatores positivos, por sempre adota essa postura séria com as questões sociais, e com todo prestígio adquirido tanto que obtinha uma cadeira na

USP numa pequena fortaleza contra a ditadura (SOARES, 1997, p. 150 *apud* FERNANDES, 2015, p. 20). O sociólogo tinha lutado contra a ditadura na época de Getúlio Vargas, na faculdade com a segmentação de direita e esquerda viabiliza a instauração de inquérito, o qual acarretou na prisão por alguns dias do sociólogo Florestan Fernandes.

Por conta desse episódio, em 1965 resolve ouvir os conselhos de seus amigos e embarca para os Estados Unidos e dar aula na Universidade de Colúmbia. No ano seguinte (1966) o sociólogo volta ao Brasil e luta ativamente contra a ditadura. (FERNANDES, 2015). Porém não foi suficiente para vencer:

A luta foi travada, os defensores da democracia foram derrotados; vitoriosa, a ditadura assume sua face mais duramente repressiva. Florestan está na primeira lista de cassados e compulsoriamente aposentados pela ditadura, em abril de 1969. Pouco depois, dois dos seus assistentes mais titulados têm o mesmo destino: Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Aos quarenta e oito anos de idade, Florestan estava sendo expulso daquele mundo que se tornara a razão de ser da sua vida. Impedindo-o de trabalhar como professor, ou em qualquer outra atividade, a ditadura retirava o seu chão institucional (Cardoso, M.L., 2005: 193)

Florestan escolhe o exílio e aceita o convite para lecionar na Universidade de Toronto, no Canadá. Embarca só, sem a família, no mesmo ano de 1969. Muito bem acolhido, conquista o cargo de professor titular, mas o fato é que, para ele, o exílio significa viver arrancado do seu país, da sua língua, dos seus sonhos e das suas lutas. Ele mesmo dirá que —retirado do seu ambiente, o intelectual não tem vida, é uma planta de estufa que morre precocemente (1978: 27) (FERNANDES, 2015, p.20-21).

Ao retornar para o país o sociólogo com uma nova experiência, igualmente a utiliza positivamente. Ele questiona onde os sociólogos falharam e para onde vão neste âmbito o direcionamento de seu discurso passa a ser o povo, tanto que expõe:

Devemos colocar-nos a serviço do povo brasileiro, para que ele adquira [...] a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua própria conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria (1977. p. 214 *apud* FERNANDES, 2015, p. 21).

Dessa forma fundem-se socialista e sociólogo, e ele direcionam seu projeto para —enlaçar a sociologia como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário (1980, p. 15 *apud* FERNANDES, 2015, p. 22).

Nessa linha da política relata-se que a oposição à ditadura ganha força e o sociólogo retoma algumas atividades públicas. Utilizando esse espaço obteve oportunidade de difundir e propagar suas idéias e sua interpretação da sociedade e da república que idealizava.

Essa luta acarretou —na candidatura a deputado federal na Assembléia Nacional Constituinte de 1986, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980|. Ao lançar sua candidatura afirma que o que será a base para a mesma é —defender as causas e movimentos que deram sentido à sua vida, como a campanha de defesa da escola pública e os movimentos pelas reformas de base| (FERNANDES, 1989, p. 109*apud* FERNANDES, 2015, p. 23).

No que tange a sua vida política do sociólogo:

...empenhar-se na defesa de medidas socialistas; combater as iniquidades econômicas, sociais e políticas; lutar pela igualdade racial, propondo medidas de teor compensatório etc. (Fernandes, F., 1989: 104-118). Eleito, luta bravamente, com seus quinze companheiros de bancada, para ver aprovadas as leis que poderiam pavimentar a construção de uma democracia da maioria apenas para comprovar que, ao contrário, a maioria dos constituintes tomava posição contra a reforma agrária, contra a reforma urbana, contra a exclusividade de verba pública para o ensino público; em suma, que na hora da verdade, ainda uma vez não estávamos criando as bases mínimas para a existência de uma sociedade civil civilizada (Fernandes, F., 1989: 206). Eleito para um segundo mandato, pelo mesmo PT, questionou os rumos de um partido que começava a transformar a luta eleitoral em sua luta principal. (FERNANDES, 2015, p. 41).

Além de todos os feitos, Florestan Fernandes ainda foi um grande contribuinte para a educação no Brasil, como expressa Saviani (1996, n.p.):

A radicalidade com que Florestan Fernandes assumiu a condição humana o levou a assumir também radicalmente as atividades em que se empenhou aí incluída a ação docente. Nesse contexto, em lugar de se constituir simplesmente como um professor — sem dúvida sério, consistente e responsável, ministrando um ensino de qualidade a sucessivas turmas de alunos conforme a expectativa social e institucional estabelecida — foi levado a converter a cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que ficou sob sua responsabilidade a partir de 1952-53, num verdadeiro espaço educativo destinado a formar quadros de alto nível no campo das ciências sociais.

O autor ainda menciona que as obras de Florestan, no que tange a educação, são segmentadas em quatro eixos: |o educador, o cientista, o militante e o publicista|. —O primeiro aborda Florestan como professor, o qual evidenciado o profundo significado educativo que marcou a sua atividade docente|. Já o segundo destaca —o lugar ocupado pela educação nas investigações científicas por ele realizadas|. O terceiro consiste em uma análise —de seu engajamento na luta em defesa da educação pública|. E por último, —traz à tona o publicista incansável, empenhado em divulgar, sob todas as formas a seu alcance, a causa da defesa de uma escola pública de qualidade acessível a todos os brasileiros|. (SAVIANI, 1996, n.p.)

Florestan Fernandes foi um sociólogo que marcou a história, tanto que dez anos após a sua morte, foi indicado a patrono da sociologia do Brasil. Sua vida teve grandes lutas e por conseqüências grandes vitórias; deixou um enorme legado com mais de quarenta livros publicados, e é válido enfatizar que sempre defendeu as questões sociais e as tratavam como parte e sua vida.

2 QUESTÕES RACIAIS NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes, como supracitado na seção preocupação anterior, foi auxiliar de Roger Bastide para realizar uma pesquisa sobre a relação dos brancos e negros na cidade de São Paulo em 1951, a qual almejava analisar o suposto caráter democrático que envolve as relações étnicas do país.

Sobre esta pesquisa Santos (2007, n.p.) afirma que:

Estes estudos culminaram na modificação substancial da interpretação até então vigente acerca das relações raciais no contexto da sociedade brasileira. De uma sociedade tida como racialmente resolvida passamos à constatação de que os grupos raciais se posicionam diferentemente no interior da ordem social e de que a distribuição das posições sociais está ligada ao preconceito e à discriminação racial praticada contra os negros.

Tanto que, foi a partir desta que iniciou seu envolvimento com as questões do negro, no que tange a escravidão, a integração dos ex-escravos na sociedade após a sua libertação e a busca pela igualdade de oportunidade e lugar na sociedade.

O sociólogo não admitia teses tradicionais para solucionar os problemas raciais; em suas obras expressa que a resolução está além de apenas oportunidades financeiras, que solucionaria somente a questão de classes sociais, problemas étnicos são mais profundos e complexos e exigem mais ações políticas e sociais.

Florestan Fernandes se destacou dentre outros no que tange essa temática por não a tratar como algo indiferente a sua realidade, como expressa Moura (1996, n.p.): —ele não via o problema do negro _de fora', mas nele se integrava, dele participava.

Por ser de origem humilde, e suas condições de vida se mesclar a dos negros após a abolição da escravatura, onde foram _jogados' na sociedade sem qualquer estrutura para recebê-los. Como afirma o sociólogo em, A integração do negro na sociedade de classe, a culpa da desestruturação do negro é da sociedade brasileira, a qual o largou —ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar- se e de transformar-se para

corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 20).

Nesse sentido Costa (1999, p. 364), também expressa no mesmo sentido que —a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à própria sorte. Em análise, entende-se que a liberdade para os negros se configurou de forma ilusória. Eles idealizaram melhores condições de emprego e salários, no entanto esta figuração não se concretizou, tanto que Monteiro (s.d, p. 12) expõe:

No imaginário de parte da população negra, a liberdade representava oportunidades de trabalho menos degradantes do que as atividades desenvolvidas no tempo da escravidão. Entretanto, a sua reabsorção ao mercado foram em trabalhos secundários sem destaque social e com baixa remuneração.

Bastide e Fernandes (1971, p. 59-68) também avaliam a situação relatando que —Poucos negros foram admitidos em atividades com melhor remuneração de trabalho e remuneração, geralmente eram os —crias de família ou os —negros com alma de branco, demonstrando que a raça permanecia como um critério ocupacional entre as pessoas.

Neste contexto, percebe-se que desde a abolição o negro foi legalmente livre, porém socialmente iniciou-se a prisão ao preconceito, à exclusão, a submissão ao branco, negando a própria raça por estar imerso ao branqueamento, que segundo Skidmore (1989, p. 81).

A teoria brasileira do —branqueamento (...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos —raça mais adiantada e menos adiantada pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro — a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo — a miscigenação produzia —naturalmente uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas.

O governo não proporcionou aos negros igualdades, a sua integração na sociedade foi lenta (e não é total até os dias atuais), de rejeição e o direcionando as posições mais inferiores. Fernandes traz em sua obra —A inserção do negro na sociedade de classes volume I, que o fator de maior peso desfavorável era a questão sexual, que deixaram os brancos arredios a eles, pois esqueceram como era o ato em seu país (África) e não tinham contato com os costumes familiares dos brasileiros para que pudessem absorver, sem qualquer proteção social, instrução e sem conhecer os costumes perdidos nas cidades. (FERNANDES, 2008)

Os cortiços foram o local que sobraram a sua destinação, e um local completamente abarrotado de pessoas, as quais eram obrigadas a conviver juntas sem qualquer privacidade, a junção dos fatos acarretou nas crianças dividindo o mesmo espaço que os adultos e por conseqüência as inocentes crianças estavam sujeitas a todo instante presenciar atos sexuais que eram praticados a vista de todos, a promiscuidade não era percebida por eles já que não tinham qualquer costume contrário, e o sociólogo enfatiza que o ato sexual era tida como a única atividade prazerosa que lhe era cabível durante o dia, uma vez que o trabalho era negado a muito deles. (FERNANDES, 2008)

O fato é que vários fatores impactaram na exclusão do negro, o bloqueio as oportunidades de trabalho, preferiam empregar o imigrante e afunilar ainda mais as possibilidades de trabalho. Sobre a vinda dos estrangeiros e a retardação da integração social do negro Fernandes (2008, p. 27, grifos do autor) expressa:

O —estrangeiro aparecia, aí, *como a grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em —ato puramente econômico|. Desse ângulo, onde o —imigrante| aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente —negro| ou —mulato|, pois se entendia que ele era o *agente natural* do trabalho livre.

Nessa linha Caio Prado Jr (*apud* FERNANDES, 2008) relata que a escravidão, com relação função social voltada para o trabalho, não fez outra coisa senão limitar o negro a atividades de esforços físicos, as quais não têm capacidade de educá-los, prepará-los para uma vida mais elevada e muito menos dar embasamento moral, ao contrário extermina qualquer conteúdo cultural que pudesse ter de seu estado primitivo.

Substituir o negro pelo branco fez com que o país se desenvolvesse economicamente, porém houve um retrocesso quanto a área social, sedo pertinente a reflexão de que se tivessem dado as oportunidades aos negros não quer dizer que o Brasil não tivesse desenvolvido, até porque foram os escravos que alavancaram e sustentaram a economia durante todo o período de escravidão. E assim como os brancos possuem capacidade intelectual, e são capazes de desenvolver qualquer atividade, não é a cor da pele que determina o fator intelectual.

Outro ponto exposto pelo autor e sociólogo quanto ao negro no mercado de trabalho, é que as mulheres conseguiram mais oportunidades de trabalho, em sua maioria como doméstica, função que era tida como trabalho de negra. Porém, tratava-se de trabalho honesto e ganhava seu sustento por meio deste, por essa maior facilidade de se inserir no mercado de

trabalho, muitos homens se esquivaram da procura de emprego, e aproveitaram as circunstâncias para viver custeado pela sua mulher. (FERNANDES, 2008)

Neste contexto, é que se explica a má reputação atribuída ao negro, pois além do preconceito com relação a sua cor de pele, ainda ganhou a denominação de malandro e vagabundo. Neste momento não só a cor da pele, mas o caráter do negro é alvo de preconceito, não só pelos brancos, mas pela sua própria etnia. (FERNANDES, 2008)

Quando um homem negro tinha a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, e conseqüentemente ter melhores condições de vida e superar a ignorância, este começava a evitar os outros negros, os quais eram imersos na vadiagem e no bar, na cachaça; e em contrapartida para aquele grupo que era largado e sem perspectiva futura, aquele que se destacava e buscava outros caminhos com frutos positivos eram também desprezados por ter comportamento equivalente à de um branco. (FERNANDES, 2008)

Fernandes sempre aborda a essencialidade da integração do negro na sociedade, não por exigência, mas por mérito. É válido que nem sempre o comportamento deste foi adequado, porém também não se faz justo julgar alguém que é ignorante aos costumes brasileiros, uma vez que, os governantes não quiseram que eles tivessem conhecimento quanto ao modo de se comportar, por não adotar nenhuma ação, a não ser acentuar ainda mais a exclusão por meio dos imigrantes.

Dessa forma, é notável que Florestan Fernandes sempre obtivesse a visão de que o país só seria realmente uma democracia, quando o negro ocupasse verdadeiramente seu espaço na sociedade, e pudesse afirmar que a igualdade era uma realidade, tanto que retrata este fato em sua obra —Significado do protesto negro

[...] a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. Ao mesmo tempo o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades, educacionais, culturais, políticas, etc, que afetam os estratos negros e mestiços da população. *Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a luta por sua liberdade e igualdade possui uma significação socialista.* Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por 'um Brasil melhor' ou por uma 'sociedade justa. (FERNANDES, 1989, p.24, grifo do autor)

Se analisarmos o sentido expresso pelo autor, compreende-se que nem naquela época e nem nos dias atuais vivemos em uma real democracia, já que o preconceito ainda se faz presente na sociedade, e ainda ganhou maiores dimensões atingindo tudo aquilo que é diferente do que considera como correto, há intolerância contra cor, etnia, sexualidade, religião, poder aquisitivo.

O preconceito, embora esteja fundamentado nos fatos históricos, como por exemplo, uma forma de enfrentamento diante o esplendor e desenvolvimento de grandes forças como o Egito na antiguidade e o Império Etíope na Idade Média. O fato da escravidão não justifica a enorme intolerância ao diferente, sem perceber que cada ser é único, e, portanto, mesmo que semelhante quanto às características físicas, somos diferentes.

Mas a maior luta não é entre brancos e negros, mas sim entre opressores e oprimidos. Ressaltando que o negro é sim o maior vitimizado pelas revoluções burguesas. O preconceito do branco é um pré-conceito ignorante de quem não se vê enquanto oprimido.

Com relação à democracia racial, Fernandes (1980, n.p.) afirma que:

É preciso evitar o equívoco de —branco de elite, no qual caiu a primeira manifestação histórica do protesto negro. Nada de separar raça e classe. Na sociedade brasileira, as categorias raciais não, contêm em si e por si mesmas, uma potencialidade revolucionária. [...] Portanto, para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de —raça e —classel regule a eclosão do Povo na história.

Fernandes (2008) relata que os pais se conscientizavam que a educação era a única solução para a exclusão, porém além das dificuldades de estudo e se manter na escola, ali também era nítido e explícito o preconceito. Os responsáveis pela instituição de ensino não davam qualquer respaldo quanto a questão, o preconceito vinha dos colegas que se negavam a ter contato com a criança negra, e dos próprios professores.

Porem, a questão maior, no que tange à educação, era o preconceito da própria família e amigos, os quais pregavam o discurso de que a educação era inútil, que o negro poderia ter qualquer nível de instrução que nunca seria aceito perante a sociedade dos brancos. A desmotivação aos estudos era enorme, a maioria preferia trabalhar mesmo que por miséria a tentar ir contra um destino predeterminado ao fracasso. (FERNANDES, 2008)

Neste contexto de negação a educação, entravam em um círculo vicioso de ignorância raramente quebrado. Este fator também dava motivação aos brancos desfazerem do trabalho dos negros e os julgarem como ignorantes e desconfiarem da sua capacidade intelectual. Mas,

como mencionado, uma minoria lutava por uma educação, apostando ser o fator determinante para se inserir na sociedade, e igualar suas condições e oportunidades. No entanto, mesmo buscando a qualificação o negro é discriminado e excluído do mercado, tanto que muitas vezes o branco não tem ou tem menos referências curriculares que o negro, mas é selecionado apenas pela cor da pele.

Florestan Fernandes sempre se identificou e lutou pelas causas dos negros e pela sua integração na sociedade, tanto que no relato de sua trajetória ao se tornar deputado federal, o seu compromisso foi com essa temática. Pelo estudo já realizado com Roger Bastide em 1951 conseguiu ter embasamento e conhecimento suficiente para compreender que a Constituição deveria ter um capítulo destinado ao negro.

Argumentou de forma concisa que o negro mais que qualquer outra etnia merecia ter seus direitos garantidos de maneira diferenciada, expressou suas ideias no seguinte texto:

Emenda Constitucional

(Título VIII, Da ordem social, Capítulo IX, Dos negros)

Art... São compreendidos como negros os indivíduos e cidadãos que se consideram como tal e os que, por estigmatização, são tratados —como negros| e —pessoas de cor|.

1º Portadores de uma herança cultural rica e variável, vêm-se privados de seus padrões, instituições e valores sociais por pressão fragmentadora do ambiente. É direito dos negros e dever do Estado proteger essa vasta herança cultural em seu sentido e em sua função diferenciadora das comunidades negras.

2º Eles são proprietários de faixas descontínuas de terra, com frequência incorporadas às 'fronteiras em expansão', expropriadas por vizinhos ricos e poderosos. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios procederão a um esforço convergente para garantir suas posses territoriais e a exploração de suas riquezas.

3º Como os mais desiguais em convívio direto com os brancos e populações ricas, são lançadas à marginalidade, excluídos do mercado de trabalho sem condições competitivas e bloqueados em suas tentativas de ascensão social e conquista de cidadania. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolverão planos ostensivos para conferir às populações negras meios para corrigir essa situação intolerável e, especialmente, para difundir entre si a cidadania ativa.

4º As famílias negras e seus membros enfrentam dificuldades econômicas, culturais e políticas arraigadas para organizar-se em bases institucionais estáveis de modo a proteger os homens, as mulheres e os menores da privação econômica, do desemprego, da pobreza, do alcoolismo, do crime, da mendicância e de outros efeitos desintegradores determinados pelo racismo. Serão feitos esforços especiais para sanar esses problemas e dilemas sociais através de instituições dotadas de recursos humanos e de meios financeiros que sanem tais entraves à humanização da pessoa.

5º A escravidão e a subalternização extrema do 'liberto' encontraram no preconceito racial a racionalização para justificar sua existência e 'necessidade' em um país católico. A exclusão do trabalho livre, variável conforme as regiões do país, o aproveitamento da força de trabalho negra como mão-de-obra barata ou sua exclusão predominante do mercado de trabalho reforçaram as manifestações do "preconceito da cor", da estigmatização e da discriminação raciais. O negro é excluído porque não

estaria preparado como "trabalhador livre"; e não se converte em trabalhador livre, porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O Poder Público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo.

6º A oferta de ensino público gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas. O Poder Público corrigirá essa contradição oferecendo às crianças, jovens e adultos negros oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização. (Cf art. 213)

7º O Poder Público procurou, primeiro através da —Lei Afonso Arinos " e, depois, através do art. 5º. XLII. e da Lei n.º 7.716, resolver os problemas do negro como uma forma de racismo. É importante caracterizar as manifestações de —preconceito de cor I, de estigmatização e discriminação raciais nesses termos e puni-las como —crime inafiançável". No entanto, a realidade transcende esses limites. O branco precisa tomar consciência de seu comportamento preconceituoso e o negro necessita aprender que não pode eximir-se individualmente dos efeitos nocivos do tipo de racismo existente. O mais importante, porém, é que devem partir da verdade para coexistir fraternalmente como cidadãos de uma sociedade multirracial. A contribuição da escola e das instituições-chave serão manejadas pelo Poder Público nessa direção. O negro não é somente "igual perante a Lei". Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio com cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado.

8º O negro destaca-se por sua herança cultural (folclore, religião, canto, música, danças, línguas, etc) e por acontecimentos históricos nos quais teve participação notável. Esses aspectos devem ser salientados pelo Poder Público, principalmente nas cerimônias públicas, nos livros didáticos especiais e na evocação das grandes personalidades negras, de Zumbi a Machado de Assis ou Cruz e Souza. O mesmo ocorre no êxito ímpar do negro em diversas atividades, altamente valorizadas pela comunicação de massa e pelos padrões de gosto predominantes. Assim, o Poder Público enaltecerá as personalidades negras que colheram êxitos especiais nos campos das artes e das atividades cívicas para alcançar um efeito de educação multiplicativo: a consciência da igualdade dos cidadãos e do êxito do negro quando conta com a liberdade de usar o seu talento. (MOURA, 1996, n.p.)

Mesmo com todos os argumentos e enfatizando o mérito, as condições subumanas e o preconceito, o seu partido (PT) não concordou ou não quis concordar com as justificativas dadas, porém Florestan Fernandes não desiste de seu propósito, e como forma de resposta envia ao líder do partido a seguinte carta:

—Carta à Liderança do PT

Brasília. 14 de dezembro de 1993

Exmo. Sr.

Deputado José Fortunati

DD. Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

Em mãos

Senhor Líder,

Como havia afirmado de público, na Bancada do PT, encarei uma das emendas em termos de —objeção de consciencial. Comprometi-me, também, a apresentar a V. Exa as razões de minha posição, cuja gravidade avalio devidamente e cujas consequências estou firmemente decidido a enfrentar perante V. Exa, a Bancada, a Comissão Nacional Executiva e o Diretório Nacional.

Devo esclarecer que não tomei uma atitude de rebelião. Duas razões indicam a natureza dos vínculos que me prendem ao Movimento Negro. Primeiro, em colaboração com o Prof. Roger Bastide (1941 e 1951) e individualmente, realizei pesquisas e levantamentos sobre os negros em São Paulo e na formação e desenvolvimento da escravidão no Brasil. Escrevi, pela primeira vez, três artigos sobre—O Negro na Tradição Oral. Concebi e redigi o projeto de pesquisa sobre negros e brancos em São Paulo, que serviu de guia à investigação que elaborei em colaboração com Roger Bastide (1951). Suplementei e fiz uma sondagem sobre a imprensa negra em São Paulo (1954). Desse conjunto de sondagens resultaram os livros *Negros e brancos em São Paulo* (3 edições com Roger Bastide) e, por acordo mútuo, o livre uso dos materiais (*A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols., tese de concurso de cátedra, publicada em 1964 e em edição posterior). O negro no mundo dos brancos (1972). Circuito fechado (São Paulo, 1977 — a metade do livro sobre *A Sociedade Escravista* e um balanço sobre a situação do negro 25 anos depois da pesquisa de 1951) e *Significado do protesto negro* (São Paulo, 1989), interpretações da luta do negro por sua expansão e evolução na sociedade escravista no Brasil. É óbvio que essa parte da minha bibliografia traduz a existência de vínculos com o dilema racial do negro que me obrigam a tentar transmitir aspirações aos companheiros do PT e do Movimento Negro, que nos obrigam a avançar junto com o PT no debate dos problemas raciais.

A segunda razão é mais complexa. O PT e outros partidos unem os —de baixo" ou os —condenados da terra" em um amplo movimento vertical de rebeldia coletiva. A Constituição de 1988 deu espaço ao companheiro Caó para incluir a criminalização do racismo entre seus temas vitais. Ficou ausente algo semelhante ao capítulo VII(Dos Índios) a respeito Dos Negros (como capítulo VIII). Como os radicais de 1968 na Europa, nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo colocou-se o desafio do "objeto de consciência" (quanto à guerra do Vietnã, à emancipação das minorias nacionais, étnicas e raciais, da liberdade da luta dos jovens e dos radicais) na construção de uma sociedade democrática autêntica. Apesar das atitudes dos conservadores e dos —cidadãos responsáveis" esse movimento de insurreição histórica ajudou a subjugar a guerra do Vietnã e a erguer um mundo de maior liberdade durante e depois da II Guerra Mundial. O acaso a que foi condenado não impediu que o mundo se transformasse e que a consciência social crítica se divulgasse globalmente. As minhas análises sobre o negro no Brasil — antes dessa rebeldia — prendiam-se à intenção de incentivar a auto-emancipação de negros e mulatos de uma servidão invisível que se prolongou até os nossos dias.

Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. A —questão do negro" não é, apenas, uma "questão social". Ela é simultaneamente racial e social.

Além disso, é a pior herança da sociedade de castas e estamentos. Ela trouxe para o presente todas as formas de repressão e opressão existentes em nosso país. É o teste à existência da democracia no Brasil. Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a ideia de uma "democracia racial" representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática.

Sinto vergonha dessa realidade e penso ser meu dever lutar contra ela com todo o vigor. A democracia não pode excluir —os de baixo " e, especialmente, preservar a "vergonha de ter preconceito", mantendo-se e reproduzindo-o dissimuladamente. Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia plena, na qual a liberdade com a igualdade seja válida como objetivo universal.

Agradeço a atenção que me foi dispensada e aguardo da Bancada do PT apoio para a emenda. Cordialmente,

Deputado Florestan Fernandes" (MOURA, 1996, n.p.)

É notável a revolta que o autor, sociólogo e, na situação em questão, político, Florestan Fernandes expõe na carta. A indignidade de perceber o descaso e o pensamento estreito da política tradicional, mesmo com toda fundamentação da necessidade da legislação específica, o governo se posicionava alheio ao problema.

Mas mesmo assim os seus ideais se mantiveram intactos, e suas lutas prosseguiram. Florestan Fernandes sempre enfatizou a força da união das lutas raciais e de classes, já que um impacta, mesmo que indiretamente, a outra. Mas vencer o preconceito não é algo que se consegue sozinho. A consciência coletiva é fundamental, ora, todos têm problemas, e são diversas as lutas, se não resolve o dilema racial do Brasil compromete também as demais lutas, como classistas, feministas, etc.

A luta dos negros não é só deles; eles colhem os frutos de um passado de exploração, ainda sendo indiretamente —explorados‖, no sentido que ainda hoje todos os problemas, o preconceito, a discriminação e o racismo demonstrados são presentes no cotidiano.

Segundo Fernandes (1989, p. 42) —o desafio não consiste em opor um racismo institucional branco a um racismo libertário negro. Ele se apresenta na necessidade de forjar uma sociedade igualitária inclusiva, na qual nenhum racismo ou forma de opressão possa substituir e florescer‖.

A necessidade é e sempre foi ter uma sociedade igualitária, o preconceito e intolerância só fazem com que as lutas percam força. As políticas públicas e sociais são importantes, mas de nada adianta sempre recorrer a este mecanismo, as lutas requerem formas de extinguir o preconceito. Dentro deste cenário, Fernandes (1989, p. 60) destaca:

Não basta recorrer ao ‘movimento popular’ como terapêutica de assistência social e de ‘cura’ na opção pelos excluídos. [...] o dilema social representado pelo negro ligase à violência dos que cultivam a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder.

Florestan Fernandes, como pode-se notar, sempre se identificou com as causas étnicas, e lutou para que houvesse igualdade no Brasil, porém como fica evidente não foi um objetivo alcançado. Sobre o dilema racial, Florestan Fernandes expõe seu pensamento final em sua declaração feita no Tribunal Popular Zumbi dos Palmares em 12 de maio de 1995, conforme descreve Moura (1996, n.p.):

Apesar de tão distanciadas no tempo histórico, não se pode separar as duas formas de luta: a dos escravos de ontem e a dos explorados de hoje. Todos os que sofrem

preconceitos, discriminação e exclusão — como se fossem párias ou não — compartilham da necessidade de transformar a sociedade seja através da violência, seja lançando mão da contraviolência.

Zumbi dos Palmares colocou-se acima das vítimas da opressão. Escolheu a guerrilha como o penoso caminho para conquistar e manter a liberdade e tornou-se um símbolo: o do escravo que se auto-emancipa sob uma sociedade colonial escravocrata e enfrenta todos os ódios e perversões de elites privilegiadas e pseudojurídica montada sobre um princípio do Direito Romano — *servus personanonhabet*. Demonstraram, assim, que a pessoa do escravo ficava embutida na condição de coisa que, unidos entre si, os escravos possuíam tanto força social quanto inteligência e capacidade política. Por isso, sua solidariedade e vontade derrotaram o poderio dos senhores e da ordem colonial.

Essa foi a razão que conduziu muitos outros oprimidos a recorrer a levantes corajosos e indomáveis. E fez com que exemplos de Palmares ainda pairem como ameaça à tirania e à autocracia sustentadas pelos donos do poder.

Não ceder, nem se acomodar. Não servir de vítima dócil à sanha dos algozes! Aí está o segredo de uma vitória — então inconcebível — e da atração que ela exerce até hoje entre os de baixo.

A luta aberta e persistente representa a única via para quebrar a resistência dos de cima e suas máquinas governamentais de opressão social. Sobrepujar os desafios dos riscos inevitáveis para extirpar os medos que impedem que os humildes se tornem agentes da própria história e artífices de uma sociedade fundada na liberdade e na igualdade".

A luta racial é muito abrangente e necessita da união da sociedade, mas segundo Fernandes (2008) conforme relatos coletados para seu livro —A inserção do negro na sociedade de classes, muito não admitem ser racista, porém também não aceitam que o negro seja seu semelhante, e que se sobressaia em qualquer aspecto ao branco.

A dificuldade maior na luta contra o racismo e preconceito é não admitir o problema, é viver como se vivêssemos numa —democracia racial, e, portanto não tendo, o governo motivo para dedicar e direcionar soluções a esta questão.

Em qualquer situação que haja disputa, em contexto de raça, o branco (em maioria) se acha superior ao negro, deduz que este não tem capacidade de desempenhar as mesmas funções que ele, sempre o colocando em posição de destaque e minimizando as virtudes do negro, pela trajetória de seus antepassados.

Hoje temos que enfatizar a luta pela desconstrução de tal visão, pois negros, brancos, amarelos e qualquer outra raça, são plenamente capazes de desenvolverem inúmeras tarefas. Tanto que podemos citar desde Machado de Assis, Lima Barreto à Milton Santos. O fato é que devemos nos despir do preconceito e enxergar com são verdadeiramente as pessoas sem julgamento.

É comum para esses brancos, com essa forma de pensamento, que as questões raciais não são problema, desde que o negro saiba se pôr em seu lugar, fazendo alusão que este só pode ocupar cargos inferiores. No entanto, mesmo que as mudanças não sejam gerais, hoje o

assunto já é mais discutido e há lei cujo o objetivo é combater o racismo, desmitificando o mito de que no país não há racismo, e cada vez mais o negro faz valer seus direitos. Se o governo direcionar mais políticas públicas para tratar essa questão e haver maior aposta na educação, certamente o Brasil caminhará para mudanças positivas com relação a problemática racial.

Porém, é pertinente salientar que o governo elitista, branco e de direita, torna-se empecilho para grandes mudanças. Precisamos alcançar espaços de representação e alcançar hegemonicamente a direção do país.

3 A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, COM ÊNFASE NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Inicialmente no Brasil os índios, povo nativo, trocavam o pau-brasil com os europeus, eles forneciam —a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses|. Por uma série de fatores, como incompatibilidade de cultura, houve a substituição dos —escravos| índios para os africanos e os utilizam para cultivo da cana-de-açúcar e demais funções braçais até sua libertação. (BORIS, 1995, p. 42)

Nessa perspectiva Assis (2009, p. 2) relata que—as relações de trabalho eram baseadas sem qualquer tipo de regulação e o alvitre decorrente dos senhores fazia com que escravos trabalhassem à exaustão|. Tanto que suas—jornadas de trabalho nas lavouras ultrapassavam 15 horas diárias|. Além disso, as condições de sobrevivência nas senzalas eram precárias. Em todo o tempo de escravidão não há qualquer coisa benéfica para o escravo, pelo contrário —durante mais de três séculos a escravidão deixou como legado para a população negra, em sua maioria, a espoliação, violência e o preconceito|.

Em justificativa a utilização da mão-de-obra escrava Genarri (2008) diz que a aplicabilidade do trabalho livre naquela época acarretaria numa —escassez de braços| o qual fariam que os lucros provenientes do açúcar não fossem compensatórios.

Segundo Schwarcz (1998, p. 185)

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se

exclusivamente aos escravos e a violência se disseminou na sociedade das desigualdades e da posse de um homem pelo outro.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil foi palco de grandes transformações sociais. Com o fim da escravatura ocorreu uma transição do modo de organização da sociedade, onde um sistema baseado em castas, estratificado, caracterizado pela transmissão hereditária de fatores que iam muito além da raça ou cultura, abrangendo também as profissões, as interações sociais, entre outros, estava, por outro lado, se transformando em uma sociedade de classes, com uma economia competitiva que não tinha espaço para o homem negro, antes escravo agora livre.

Com problemas de ordem econômica devido à crise da lavoura, característica do início do século XX, o proprietário de terras, representante do poder político, não tinha interesse no destino dos ex-escravos. Assim, eximidos de responsabilidades, os senhores deixaram os —homens livres‖ à sua própria sorte, não lhes dispendo os meios para prover sua subsistência ou a de seus dependentes.

Para Fernandes (2008), a luta abolicionista não ia além da busca pela liberdade da pessoa humana, e era movida muito mais por interesses e valores da classe dominante, que não estava mais interessada com o destino do negro na nova sociedade, mas sim, em derrubar o antigo regime e instaurar o novo sistema social. Mas para isso precisavam dos negros como massa de percussão para combater o "antigo regime". Conseqüentemente com a chega dos cafeicultores esse antigo regime se viu sem forças, pois estava ocorrendo uma transição tanto no governo como também da sociedade de classes em virtude da mão de obra dos negros. De acordo com a interpretação de Ianni (1991, p. 26 - 27):

A peculiaridade da revolução burguesa brasileira tem suas raízes na escravatura, o "antigo regime", compreendendo as condições sob as quais se deram a abolição e a Proclamação da República. Torna-se mais explícita com o abandono em que é largado o ex-escravo, a emergência do mito da democracia racial, a dissolução ideológica das diferenças de classes nas raças e destas naquela. Desde o princípio, essa revolução excluiu o trabalhador "livre", negro, mulato, índio, caboclo, imigrante, "nacional", do acesso aos meios do poder político, as conquistas democráticas. O bloco de poder formado com a primeira República, apoiado principalmente na cafeicultura e nas burguesias paulistas e mineira, conta com o apoio da alta hierarquia militar e eclesiástica, além dos interesses representados nas relações com o capital estrangeiro.

A organização do trabalho, para o negro, neste início de liberdade, segundo Fernandes (2008, p. 358), ficou assim:

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros, da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à nova massa de desocupados e de semicupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados —trabalhadores nacionais (grifo do autor), que constituíam um verdadeiro exercito de reserva (mantido fora das atividades produtivas, em regiões prosperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa.

Para ele, os efeitos desta concorrência foram destruidores para os ex-escravos, uma vez que ao invés de favorecê-los no novo mercado de trabalho, arruinavam de vez sua posição, antes tida como mão de obra exclusiva.

Antes mesmo do fim da escravidão, já havendo um número razoável de ex-escravos libertos pelas leis que tinham sido criadas, como a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário, as oportunidades de trabalho que sobravam para eles eram sempre mais modestas e piores remuneradas. Numa época em que o sistema econômico estava em franca transformação, o imigrante europeu rapidamente absorveu as melhores vagas de trabalho, no que, para o negro recém liberto, segundo Fernandes (2008) eram degradantes: engraxates, jornaleiros, verdureiros, carregadores de peixe, de mercadorias, entre outros, surgiram do meio dos europeus que não se sentiam diminuídos por fazerem tais tarefas.

A economia artesanal e o comércio urbano eram utilizados exclusivamente pelos brancos, mantendo dessa forma, o negro fora destas oportunidades de fazer dinheiro e poder mudar sua situação econômica. Segundo Fernandes (2008, p. 408) —São Paulo aparecia como primeiro centro urbano especificamente burguês, prevalecendo uma filosofia voltada para o mercado, para o lucro e uma desmedida ambição. Neste afã de crescer e sair do atraso em que se encontrava o país, a sociedade personificou os papéis de empresário e trabalhador, deslocando o ex-escravo como peça que não se encaixava nesta engrenagem, uma vez que não tinha desprendimento para assumir funções degradantes, não possuía meios financeiros para tentar o próprio negócio, —e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza. Mesmo quando conseguia se sobressair, assumia posturas visivelmente anticapitalistas. Assim:

No conjunto, portanto, as próprias condições psicossociais e econômicas que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas, pela escravidão, limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob o regime

capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. (FERNANDES, 2008, p. 413)

Para o negro, viver na cidade era o mesmo que se condenar a uma vida marginalizada e sem perspectiva, uma vez que não sentia necessidade de qualquer reparação social por parte dos brancos, que também se silenciou. Com o avanço do trabalho livre, do capitalismo e do regime republicano, ao negro, ex-escravo coube a responsabilidade de sua reeducação e transformação, já que foram educados para ser escravo e com sua libertação precisavam saber viver como pessoas livres, estavam sem aparato nenhum, tanto material, quanto moral.

Em São Paulo, no início do século XX, a população de imigrantes europeus estava acima do número de negros e até dos brancos nacionais. Fernandes (2008) constatou que a distribuição da população no espaço físico seguia basicamente um padrão: onde havia grande concentração de negros e mulatos, a presença de imigrantes era mínima e onde o número de estrangeiros era maior, o de negros e mulatos era insignificante. Dessa forma:

É possível, pois, que a distribuição de negros e mulatos no espaço traduzisse certas desvantagens marcantes na competição ecológica deles com os —estrangeirosl (grifo do autor) e que a localização predominante na periferia representasse um estratagema na luta pela sobrevivência em condições tradicionais (associação da economia de subsistência com oportunidades de engajamento em fainas rurais ou semi rurais. (...)) O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocuparam no artesanato urbano pré capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços , fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. (FERNANDES, 2008, p. 489)

O imigrante, no final das contas, não competia apenas com os negros e mulatos no mercado de trabalho, de bens e de serviços, mas também competia acirradamente com os brancos em todas as camadas.

Durante este processo houve uma postura por parte da sociedade que excluiu ainda mais o negro da competitividade: o imigrante surgiu neste cenário como uma esperança nacional de progresso e ascensão social, onde, acreditava-se que com trabalho, o pobre poderia tornar-se rico. Assim, ele representava a imagem da prosperidade, como agente natural do trabalho livre, eliminando as já escassas chances que o negro ou o mulato poderiam ter. Nas indústrias também, o imigrante torna-se —o fator humano por excelência, do trabalho livre e assalariado.¶ (FERNANDES,2008, p. 511).

Essa predominância da mão de obra estrangeira sobre a nacional prevalecia em quase todos os setores que estavam ligados à dinâmica do novo sistema econômico, como nas atividades manufatureiras, artísticas, de transporte e comerciais. Para Fernandes (2008, p. 527):

Essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo foi expulso, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. O imigrante aparece como lúcido agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo em que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes.

Então:

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de —homem livre. (FERNANDES, 2008, p. 527, grifo do autor).

Para ele, a revolta que assolou o negro durante todo o período escravocrata devido a sua humilhante situação levou-o a fazer avaliações sociais que minou qualquer aspiração ao crescimento econômico, seja como indivíduo ou como grupo. Ademais, a indiferença generalizada por parte de toda a sociedade brasileira, inclusive os abolicionistas, acerca do destino do liberto, suas intermináveis peregrinações pelas cidades e campos e seus infortúnios fizeram com que descobrissem a duras penas, que —a mudança de estado social não acarretava a redenção da raça negra. (FERNANDES, 2008, p. 538).

Em ratificação a interpretação do autor é importante salientar que o trabalho é fundamental para o cidadão, como expressa Marx (1903, p. 9, *apud* LUKÁCS, 1979, p. 16) —O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade. Excluir, e privar o negro do mercado de trabalho são o mesmo que extinguir a sua existência privá-lo de sua essência, condenando-o a uma relação de trabalho de valor-de-troca.

Hoje o país desfruta do capitalismo como regime econômico, o qual acentua ainda mais o nível de desigualdade:

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais —econômicos!, mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale, não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as —virtudes! exigidas pela concorrência, a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto de cálculo em proveito próprio. No entanto a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre as empresas e os homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas (MELLO e NOVAES, 1999, p. 581-582)

O negro foi escravizado, ao ser libertado não obteve nenhum amparo e ainda é alvo de discriminação de todas as formas em consequência deste período histórico; as oportunidades não são dadas, e as empresas utilizam a cor da pele para definir o nível intelectual, concluindo que o negro não tem capacidade de desenvolver atividades pensantes, os remetendo a época do trabalho braçal. Tanto é verídico que o DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (2001, p. 127-128) afirma que proveniente de —novas e tradicionais exigências produtivas!, antigas questões se perpetua: —os indivíduos negros estão sujeitos mais ao desemprego, permanecem mais tempo nesta situação e, quando tem trabalho, lhe são reservados postos de trabalho de menor qualidade, status e remuneração!.

Em ratificação das informações expostas, o Datafolha divulga pesquisa em que demonstra que o racismo fica mais evidente no mercado de trabalho, tanto que em 1995, 45% dos negros afirmaram que o empecilho de maior enfrentamento era a discriminação no mercado de trabalho e este número se elevou em 2008 para 55% dos auto declarados negros.

Ratificando a visão de Fernandes (2008), após 129 anos da abolição dos escravos, o Brasil ainda é um país com grande intolerância racial, o qual o segmento do mercado de trabalho, que é responsável pelo sustento e sobrevivência de qualquer ser humano, apresenta o maior índice de preconceito. A igualdade fica cada vez mais distante e a segregação mais evidente. Essa exclusão do negro no âmbito trabalhista é refletida nos menores salários, piores cargos e baixo percentual dessa população na ocupação de função de destaque dentro das instituições, como se demonstra:

Uma pequena amostra da manutenção dessas barreiras étnicas no ambiente profissional é o baixo índice de negros no comando das grandes companhias do país. Apesar de 55% da população brasileira ser afrodescendente, no quadro de executivos das 500 maiores corporações do Brasil, apenas 4,7% é ocupado por esse público, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, organização que estimula negócios socialmente sustentáveis.

O abismo racial também fica evidente ao analisar os dados salariais. Mesmo com os avanços nos últimos anos, o homem negro, no Espírito Santo, recebe apenas 64% do

salário do branco, segundo dados calculados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

O cenário é ainda pior para a mulher afrodescendente. Os vencimentos dela chegam a representar apenas 50% do que recebe o homem branco. —A discrepância tem se reduzido ao longo dos anos. Em 2003, o salário dessa mulher era apenas 38% do que a renda do homem branco. Mas podemos dizer que os desafios continuam, explica a diretora de Estudos e Pesquisas do IJSN, Ana Carolina Giuberti (SEIXAS e CAMPOS, 2017, n.p.).

Fernandes (1978) complementa afirmando que para que o objetivo do protesto negro seja atingido tem que ser desenvolvido juntamente com as forças produtivas, para que se adaptem as forças competitivas e a superação:

Penetramos, aqui, na área de incentivos e motivações sociais. Ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o —negro! repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comprometimentos pré ou anticapitalistas. E descobre uma posição, que o nivela, material e socialmente, ao —branco!. (FERNANDES, 1978, p.154)

O cenário é triste e lamentável, aquele que é responsável pela fomentação inicial da economia recebe por compensação total desprezo. Como supracitado, a população brasileira é constituída por 55% de negros e sua imagem é associada à criminalidade, bandidagem, em grande parte a coisas negativas. A alteração do comportamento exclusivo para o inclusivo na visão de Hofbauer (1979 e 2006, *apud* JACCOUD, 2008, p.134) é difícil como expressa:

O processo de produção e reprodução da desigualdade racial não corresponde a um fenômeno simples, seja em termos de causalidades ou de consequências. Se suas origens remontam ao processo histórico de afirmação da supremacia racial branca durante os quase quatro séculos em que o país conviveu com a escravidão, esse processo foi reafirmado em novas bases após a abolição. Em um primeiro momento, a chamada teoria do branqueamento reorganizou a leitura da hierarquia racial da sociedade brasileira. Em momentos posteriores, onde a tese da democracia racial já se fazia hegemônica, a reprodução da desigualdade sustentou-se tanto nos entraves à mobilidade social dos grupos mais pobres, como nos mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, onde as categorias negro e branco continuaram a ser utilizadas na sociedade brasileira, influenciando no processo de mobilidade, restringindo o lugar social dos negros (Hasenbalg, 1979) e operando mecanismos de inclusão e exclusão (Hofbauer, 2006).

Contudo vale dizer, assim como expõe Fernandes (1980, n.p.):

Cabe às classes subalternas e às camadas populares revitalizar a República democrática, primeiro, para ajudarem a completar, em seguida, o ciclo da revolução social interrompida, e, por fim, colocarem o Brasil no fluxo das revoluções

socialistas do século 20. O que sugere a complexidade do formoso destino que cabe ao negro na cena histórica e no vir a ser político. A revolução da qual ele foi o motivo não se concluiu porque ele não se converteu em seu agente – e, por isso, não podia levá-la até o fim e até ao fundo. Hoje, a oportunidade ressurgiu e o enigma que nos fascina consiste em verificar se o negro poderá abraçar esse destino histórico, redimindo a sociedade que o escravizou e contribuindo para libertar a Nação que voltou as costas à sua desgraça coletiva e ao seu opróbrio.

Embora o autor relate dificuldade da integração social do negro, o ponto chave é aceitar as diferenças, e como ele cita desfrutar e se orgulhar do seu histórico, e em contrapartida receber tolerância e o respeito, já que como o Padre Marcelo Rossi, no programa encontro do dia 12 de outubro de 2017, afirma: o branco, negro, pardo, japonês e qualquer outra raça têm a mesma cor do sangue correndo nas veias; nós somos constituídos da mesma matéria, o que nos diferencia é o estereótipo, e este não é fator determinante para nossa capacidade de desenvolvimento e aprendizado, por isso a discriminação, racismo e desrespeito são inaceitáveis, principalmente considerando que somos uma sociedade desenvolvida intelectualmente, pensamentos e atitudes dessa natureza deveriam não existir, deveriam ser substituídos pela conscientização da importância que os negros tiveram para história, e o quanto contribuíram para o país que temos hoje, como sempre enfatizou Florestan Fernandes.

CONCLUSÃO

Florestan Fernandes foi uma personalidade de grande importância para a luta dos negros, o qual tem em sua história condição de vida semelhantes à deles. O sociólogo, juntamente com Roger Bastide, foram pioneiros nos estudos raciais no Brasil. Florestan Fernandes sempre pesquisou e contextualizou a exclusão a correlacionando com as consequências da escravidão.

Quando político tentou fazer jus a todo dano da escravidão, e se indispôs com seu partido que não aceitou suas reivindicações, tamanha era a sua força de vontade para que o negro pudesse ter melhores condições, de forma a extinguir o preconceito e o racismo, para obter uma sociedade igualitária.

O autor, em várias de suas obras, descreve a trajetória difícil deste povo, que era rejeitado apenas pela cor de sua pele, no entanto, a sua raça era atribuída todas as características negativas sem qualquer fundamentação, e mesmo quando eles provavam o contrário, homem branco achava uma maneira de diminuir perante o meio social.

O negro também teve e tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, por consequência de todos esses fatores, as desculpas são inúmeras, e apenas cabe serviços braçais ou de menor escalão, mesmo qualificados são desmerecidos pelo simples fato de serem negros.

Porém, vale ressaltar, que ao contrário dos tempos antigos, cada vez mais o negro se impõe perante aqueles que dirigem a sociedade e luta pelos seus direitos, não aceitando tal exclusão, assim como Florestan Fernandes afirmava que deveria ser.

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes fez das lutas, no que tange as questões raciais, suas lutas, tanto que contribuiu significativamente com a luta pela igualdade no país.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jussara Francisca de. **RELAÇÕES DE TRABALHO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL:** situação das trabalhadoras negras e a contribuição das políticas públicas e do Serviço Social para o enfrentamento de desigualdades. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/relacoes-detrabalho-da-populacao-negra-no-brasil-situacao-das.pdf>. Acesso em 30 out. 2017.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo/SP: brasiliense, 1971.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 2. Ed. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**. São Paulo/SP: UNESP, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo/SP, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo/SP: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O Mito Revelado**. Folha de S. Paulo – Folhetim de 08.06.1980. Disponível em: <http://lastro.ufsc.br/?page_id=1302>. Acesso em 18 nov. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**, Vol. I. 5.ed. São Paulo/SP: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo/SP, Cortez, 1989.

FERNANDES, Heloísa. **Florestan Fernandes, um sociólogo socialista**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Florestan%20Fernandes,%2020%20anos%20depois.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes**. São Paulo/SP: Editora Ática S.A., 1991.

IANNI, Octavio. **Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil**. Entrevista. Estud. av. vol.18 n.50 São Paulo/SP: Jan./Apr. 2004.

JACCOUD, L. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil**. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: Ipea, 2008.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx**. São Paulo/SP: Ciências Humanas, 1979.

MAGALHÃES, M; GOIS, A. **Vida profissional é maior entrave, dizem negros**. Folha de São Paulo, 23 de novembro de 2008. (Caderno Especial – Racismo)

MELLO, J.M.C e NOVAIS, F. A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: NOVAIS, F.A. (Coord). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça.** Artigo. Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/UnB. Disponível em <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f87b7d1f666a0a1d>>. Acesso em 22 de out. 2017.

MOURA, Clóvis. **Florestan Fernandes e o negro: uma interpretação política.** 01/08/1998. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/50/cat/1504/florestan-fernandes-e-ou-negro-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%A9tica-.html>>. Acesso em 30 out. 2017.

ROSSI, Marcelo. **Veja uma aula de convivência.** 12 de outubro de 2017 (vídeo). Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatimabernardes/episodios/playlists/0/videos-de-encontro-com-fatima-bernardes-de-quinta-feira-12-de-outubro.html#v6212548>>. Acesso em 16 out. 2017.

SANTOS, Cleito Pereira dos. **A Questão Racial Analisada por Florestan Fernandes.** 29/12/2007. Disponível em: <<http://reflexoes-rupturas.blogspot.com.br/2007/12/questo-racial-analisada-por-florestan.html>>. Acesso em 25 out. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Florestan Fernandes e a educação.** Estud. av. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100013>. Acesso em 04 dez 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: raça e cor na intimidade.** In: Schwarcz, Lilia Moritz (org.) História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1998.

SEIXAS, Beatriz; CAMPOS, Mikaella. **Mercado de trabalho ainda discrimina os negros: Números revelam desigualdade e preconceito no ambiente profissional.** GAZETA ONLINE. Publicado em 29/04/2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/04/mercado-de-trabalho-ainda-discrimina-os-negros-1014049877.html>>. Acesso em 20 out. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1989.